

IDENTIDADE VOLUNTÁRIA CONTRA O CÂNCER INFANTIL PIAUIENSE E SUA PERFORMANCE CONSTRUTIVA

Lourdes Karoline Almeida Silva¹³
Francisco Oliveira Barros Júnior¹⁴

RESUMO

Trabalhamos, neste artigo, a discussão teórica sobre o processo de construção da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense desenvolvida pela Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí e relacionada ao processo de interpelação da sociedade pelo Estado para o voluntariado, o que nos permite uma análise acerca do processo de re-valorização do voluntariado, no Brasil, nos últimos vinte anos. Essa análise teve como instrumento empírico vinte entrevistas com vinte voluntárias da instituição. A relevância da análise da construção sociopolítico-cultural da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense, caracterizado principalmente pela solidariedade voluntária e local, dá-se pela necessária análise da questão da identidade como um problema social. Ou seja, dá-se pelo necessário questionamento das relações de poder envolvidas na produção da identidade. Entendemos que as identidades sociais são um constructo social, político e cultural, permeadas por relações de poder, tanto o poder estatal como o poder das microrelações sociais do cotidiano. As relações de poder intrínsecas ao processo de re-valorização dos voluntariados são exercidas principalmente pelo Estado, sujeito nomeador e posicionador de indivíduos, que assume e investe em posições-de-sujeitos voluntários.

Palavras-chave: Identidade social. Voluntariado. Estado.

13. Cientista Social, mestra e doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí. Professora assistente de Sociologia da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: lourdeskaroline@hotmail.com

14. Professor doutor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. E-mail: barrosjr@edu.ufpi.br

VOLUNTARY IDENTITY AGAINST THE PIAUIENSE CHILDHOOD CANCER AND HIS PERFORMANCE CONSTRUCTIVE.

ABSTRACT

We work in this paper the theoretical discussion about the process of construction of the voluntary identity against the piauiense childhood cancer developed by the Women Network against the Cancer in Piauí and related to the process of questioning the society by the State for the Volunteering, which allows us an analysis concerning the process of re-appreciation of the volunteering in Brazil in the last twenty years. This analysis had as an instrument empirical twenty interviews with twenty volunteers of the institution. The relevance of the analysis of social-political-cultural construction of the volunteering identity against the piauiense childhood cancer mainly characterized by the volunteering and local solidarity takes the necessary analysis of the issue of identity as a social problem. Therefore, it takes the need of questioning the power relations involved in the identity production. We believe the social identities are a social, political and cultural creation permeated by relations of power even in the state power like in the social micro-relations every day. The relations of power inherent the process of re-valuation of volunteering are performed mainly by the State, the nominating and positioning subject of individuals, that assume and invest in positions of subject volunteers.

keywords: Social identity. Volunteering. State.

I. Identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense como problema social no contexto do terceiro setor e do voluntariado brasileiros

Este artigo é uma síntese das ideias trabalhadas na dissertação de Mestrado intitulada “Solidariedade e políticas públicas: uma análise do voluntariado pelo viés da identidade social”, cujo objetivo principal foi a análise do processo de construção identitária dos voluntariados, gerenciados estrategicamente pelo Estado, tendo como campo de estudo a entidade filantrópica Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí (RFCC-PI) e um dos seus cinco projetos sociais, a Casa de Apoio à Criança com Câncer – Lar de Maria. A metodologia de pesquisa utilizada na elaboração da dissertação pautou-se pelo método da interdisciplinaridade que proporcionou o diálogo entre duas teorias comumente compartimentalizadas: a teoria do Estado e a teoria das identidades sociais. Os recursos metodológicos foram: pesquisas bibliográfica e documental; observação de campo na RFCC-PI e no Lar de Maria; diário de campo e entrevistas com vinte e uma das setenta e quatro voluntárias que atuavam na entidade no período de 2005 a 2007.

O argumento central, trabalhado tanto na dissertação como neste artigo, é o de que o terceiro setor é uma construção político-econômica do Estado para a implantação do programa neoliberal de redução da ação social estatal, e o voluntariado, uma construção, não recente como o terceiro setor, mas revalorizada socioculturalmente. Nos últimos vinte anos, no Brasil; e, nesse processo, o voluntariado, como identidade social, uma das ferramentas de legitimação da nova postura do Estado brasileiro. Com a redução da ação social do Estado, houve sua desresponsabilização pelo social e a consequente responsabilização da sociedade pela gerência de políticas sociais pontuais e focalistas. Assim, a cultura dos voluntariados promoveu a construção das identidades voluntárias que legitimam o processo de publicização – transferência de atividades de serviço social do Estado para a sociedade. Então ocorreram, e ocorrem, a despolitização, a refilantropização da questão social e o encapsulamento das reivindicações políticas e sociais da sociedade, sendo que os direitos sociais e a solidariedade foram transmutados em deveres sociais para com os (as) excluídos (as) e em solidariedade voluntária e local.

Diversas são as explicações acerca do que leva as pessoas a adotarem a postura

voluntária e solidária, não só em situações trágicas, mas cotidianamente. Essas explicações vão desde um sentimento altruísta até benefícios de natureza física. Têm-se também como causas do voluntariado e da solidariedade a elevação da autoestima e a busca da satisfação no fato de se sentir útil no processo de atenuação do sofrimento alheio, por mais que se diga que é uma vocação latente que habita nos indivíduos e que emerge de forma natural e em grupo. Ou seja, o voluntariado e a solidariedade são fenômenos sociais, construídos de acordo com as épocas culturais e que influenciam e são influenciados pela cultura dominante. O doar-se é uma prática social, portanto não é inerente ao ser humano, mas algo construído política, social, ideológica, histórica e culturalmente pelos indivíduos em sociedade. Tanto que, por muito tempo, ser solidário (a) significava apenas dar esmolas, sendo que o termo voluntariado é muito recente no vocabulário brasileiro, pois as ações voluntárias eram enquadradas no âmbito da caridade e da filantropia (SOBOLH; WIDMAN, 2011).

Nesse sentido, apesar das relações existentes entre voluntário (a) e paciente com câncer, da experiência de vida com a doença câncer, da decisão de se tornar voluntário (a) e da necessidade de retribuir algum benefício ou dívida no trabalho voluntário, enfocamos prioritariamente, devido à limitação deste artigo, a relação entre Estado e identidade social no contexto do terceiro setor e do voluntariado, no Brasil. Mas, para melhor compreensão da proposta aqui desenvolvida, apresentamos sumariamente que as voluntárias entrevistadas valorizaram a questão do dar-receber-retribuir, permeada pela caridade judaico-cristã que “privilegia la acción católica dirigida preferencialmente hacia los sectores denominados ‘pobres’, ‘necesitados’ o ‘carenciados’, y propone como modelo de relación al amor gratuito, no interesado, brindado al prójimo” (ZAPATA, 2004, p. 108). Portanto, relacionamos a construção identitária das voluntárias da RFCC-PI e do Lar de Maria com a questão da dívida.

Entendemos que os valores e os sentimentos morais relacionam-se à questão da dívida, pautada na constituição de um modo de vida, de uma sociabilidade, a qual é referenciada por valores como generosidade, caridade, solidariedade, hospitalidade e compartilhamento, como também é referenciada por interesses individuais e/ou coletivos. A cultura da RFCC-PI e do Lar de Maria se “expressa num complexo de narrativas que envolvem uma moralidade particular e relações sociais também bastante particulares” (CAMPOS, 2003, p. 02). Os sentimentos morais, então, “tomam um lugar especial dentro de uma sociabilidade baseada

na caridade” (CAMPOS, 2003, p. 02).

O conceito de terceiro setor orientador, da discussão teórica deste trabalho, é o de que o terceiro setor “deve ser interpretado como ações que expressam funções a partir de valores [...] de solidariedade local, auto-ajuda e ajuda mútua, substituindo os valores de solidariedade social e universalidade e direito dos serviços” (MONTAÑO, 2003, p. 184). Nesse sentido, o terceiro setor é um fenômeno complementar do projeto neoliberal de redução do papel do Estado na intervenção social, para criar uma demanda lucrativa para o mercado. Essa definição de terceiro setor traz em consideração a criação de uma cultura do “possibilismo”, dentre cujas várias ramificações se encontra a cultura do voluntariado. A cultura do “possibilismo” e a cultura do voluntariado permitem o fértil desenvolvimento da política-ideológica neoliberal, cujo objetivo é a reestruturação do capital, através de valores de solidariedade voluntária e local (MONTAÑO, 2003).

No Brasil, tem-se procurado incentivar o voluntariado através de leis, subsídios, propagandas que valorizam a compaixão, a solidariedade voluntária e local e o amor ao próximo. Como exemplo de incentivo do voluntariado, teve-se o Programa Comunidade Solidária, desenvolvido nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1998 e 1999 a 2002) e coordenado por Ruth Cardoso, que define o trabalho voluntário como múltiplas experiências pelas quais cidadãos (ãs) exprimem sua solidariedade através da doação de tempo, trabalho e talentos para causas sociais (CARDOSO, 2000; 2005). No caso brasileiro, o voluntariado é entendido como a prática concreta da solidariedade voluntária e local de “cidadãos (ãs)” que doam tempo, trabalho, talentos pessoais e dinheiro para determinadas causas sociais, com o objetivo de melhorar o mundo no qual vivem.

O consenso criado em torno do voluntariado não foi devido ao amadurecimento da sociedade civil ou da construção de uma consciência cidadã e muito menos pelo fortalecimento da democracia. O estímulo à cultura do voluntariado foi motivado, principalmente, a partir da década de 1980, pela “cultura da crise”, que recicla as bases constituidoras da hegemonia do grande capital. A cultura do voluntariado é fruto de uma dinâmica complexa, contraditória e que usa a ideologia do Estado fraco diante dos problemas sociais como meio de se expandir e de se efetivar (BONFIM, 2010).

O voluntariado é uma alternativa eficaz no enfrentamento da crise, nas

suas dimensões econômica, política, social e moral. É, portanto, a tentativa de conciliar o retorno à lógica do livre mercado com valores como o amor ao próximo, a generosidade, a compaixão, a solidariedade, entre outros. O voluntariado é pensado, em linhas gerais, dentro de sociedades liberais que conseguem agregar o individualismo à solidariedade. A cultura do voluntariado, gestada principalmente na década de 1990, teve como pano de fundo o aumento do desemprego, a pauperização, a precarização e a flexibilização das relações trabalhistas, a queda da renda do(a) trabalhador(a), o aumento do trabalho informal. Enfim, teve como pano de fundo o acirramento das sequelas da questão social. Esse pano de fundo, em si, é mobilizador de ações humanitárias e solidárias, evidenciando uma comoção e uma mobilização dos indivíduos num momento de caos social. Não se nega a sensibilização dos sujeitos diante do quadro social brasileiro atual, mas o forte viés ideológico neoliberal do grande capital comprometido com um projeto social que não objetiva melhorar a distribuição de renda e muito menos as sequelas da questão social no âmbito da contradição capital/trabalho. Essa alternativa apenas traz o consolo de que alguma coisa está sendo feita no estabelecimento da paz social (BONFIM, 2010).

As iniciativas voluntárias “não têm sobrevivido sem o respaldo do Estado”, apesar da eleição dessas iniciativas “como um substituto adequado das ‘falidas’ intervenções sociais estatais” (PEREIRA, 2003, p. 77). A interdependência entre o Estado e o setor não governamental (ou economia mista do bem-estar) dá-se pela necessária presença das três instâncias (Estado-poder, mercado-capital e sociedade-solidariedade) na tradicional divisão social do bem-estar. Porém há uma diferença entre a presença da interdependência entre Estado, mercado e sociedade, no Estado de bem-estar social (1945-1980), nos dias atuais (PEREIRA, 2003). O atual Estado, ao invés de garantir os direitos de cidadania, restringe-os, destituindo a fala, anulando a política e privatizando o público (OLIVEIRA, 1999).

A relevância do estudo da construção sociopolítico-cultural da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense, caracterizada principalmente pela solidariedade voluntária e local, dá-se pela necessária análise da questão da identidade como um problema social, uma problematização das “relações de poder envolvidas na produção da identidade: como a identidade e a diferença são produzidas? Quais os mecanismos e as instituições que estão ativamente

envolvidos na criação da identidade e de sua fixação?” (SILVA, 2000, p. 99). As identidades sociais são um constructo social, político e cultural, permeadas por relações de poder, tanto o poder estatal como o poder das microrrelações sociais do cotidiano. As relações de poder intrínsecas ao processo de revalorização dos voluntariados são exercidas principalmente pelo Estado, sujeito nomeador e posicionador de indivíduos, que assume e investe em posições-de-sujeitos voluntários (as) (SANTOS, 2006).

O questionamento da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense como problema social traz à luz processos que escamoteiam a realidade social, induzindo a sociedade a aceitar passivamente um processo de desmonte de políticas públicas de cunho social e todo o processo emancipatório dos (as) marginalizados (as). Assim, a solidariedade deixou de ser social, universal e priorizadora da cidadania social para ser voluntária e local, despolidizada e encobridora dos reais interesses do mercado mundial, que constrói sujeitos duplos: cidadãos (ãs) consumidores(as). Outro ponto é o fato de as identidades sociais serem contextuais, plurais e marcadas pela época, características estas que, junto com as ambiguidades inerentes às mesmas dão vida e concretude às identidades sociais que, aliás, sempre estão em transformação.

2. Conceito de identidades sociais e processo de interpelação no voluntariado da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí¹⁵ e do Lar de Maria¹⁶

Estamos desde o nascimento inseridos no mundo da cultura, herdando, portanto, toda uma construção social, que tanto pode ser transformada como

15. Entidade filantrópica de combate ao câncer, no Estado do Piauí. Criada em 1954, mas reconhecida, oficialmente, em 1986, o seu principal projeto social, a Casa de Apoio à Criança com Câncer – Lar de Maria, foi inaugurado em 2000. Atua como complemento do trabalho desenvolvido pelo Hospital São Marcos, junto a pacientes oncológicos. É uma entidade que se mantém através de doações obtidas pelo serviço de *telemarketing*, em campanhas anuais promovidas pela própria entidade, através de bazares e eventos beneficentes, e é formada por um grupo de voluntárias. Sediada no Hospital São Marcos. Objetivos gerais: divulgar conhecimento sobre o câncer, visando à prevenção da doença; assistência a doentes em tratamento e arrecadação de fundos em favor de doentes oncológicos.

16. Serve de apoio a crianças com câncer e seu responsável (mulher), provenientes do Piauí e de Estados como Pará e Maranhão, durante o tempo necessário ao tratamento oncológico.

transformar. A cultura é uma conjuntura ou produção histórica das relações dos grupos sociais entre si, uma lente pela qual se pode enxergar e avaliar o mundo, originando uma realidade ampla e peculiar. No caso aqui discutido, tem-se a cultura do voluntariado. A questão da cultura é, frequentemente, relacionada com a identidade cultural, e esta, por sua vez, remete à questão da identidade social. Através da produção de sentido dado pela experiência e pela possibilidade de escolha entre variadas identidades diferentes, a cultura molda a identidade. Os indivíduos são, pois, constrangidos pela possibilidade de escolha entre diferentes identidades ou representações simbólicas oferecidas tanto pela cultura como pelas relações sociais (MORAIS, 1992; WOODWARD, 2000; CUCHE, 2002).

Pode-se entender que a cultura do voluntariado, no Brasil, foi construída com a ajuda do Estado, de metade da década de 1990 até os dias atuais, através de incentivos estratégicos fiscais (isenção de impostos para pessoas jurídicas e físicas que doam dinheiro ou bens materiais a entidades não governamentais, entidades filantrópicas que atuam na área de serviços científicos e de assistencial social), legislativos¹⁷ (leis que regem o terceiro setor, o serviço voluntário e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP's) e propagandísticos (propagandas que interpelam os indivíduos acerca do valor do trabalho voluntário, como a propaganda dos Amigos da Escola).

Assim, aquilo a que se poderia aludir como identidades voluntárias, hoje em voga no Brasil, é, em certa medida, uma imposição do contexto socioeconômico e políticocultural protagonizado pelo Estado em sua relação ambígua com o mercado e com a sociedade. As identidades, com a edificação dos Estados Modernos, passaram a ser gerenciadas pelo Estado, que instaura regulamentos e controles, registrando minuciosamente as identidades dos (as) cidadãos (ãs). As identidades sociais não podem ser definidas, por serem processos intangíveis e

17. A intensificação da relação entre o Estado e o terceiro setor brasileiro, principalmente, no período de contrarreforma organizacional do Estado, pode ser observada no expressivo número de leis que foram promulgadas entre 1998 e 2001 e que regem o terceiro setor: lei nº 9608, de 18 de fevereiro de 1998, que rege o serviço voluntário; lei nº 9637, de 15 de maio de 1998, que rege as organizações sociais; lei nº 9790, de 23 de março de 1999, referente às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); e o termo de parceria, que foi alterado pela Medida Provisória nº 2123-29, de 23 de fevereiro de 2001 (MONTAÑO, 2003).

ambivalentes. Nesse aspecto, é preciso analisar a contextualização de construção das identidades sociais. Aliás, a questão da identidade está ligada ao colapso do Estado de bem-estar social e, portanto, ao processo de privatização da esfera pública. Dessa forma, as identidades sociais ganham relevância política (CUCHE, 2002; BAUMAN, 2005; VECCHI, 2005).

Embora as atividades voluntárias, filantrópicas, de ajuda ao próximo, de ajuda mútua existam, no Brasil, desde o século XVI, a cultura do voluntariado teve sua construção extraordinariamente incentivada nos últimos anos (COELHO, 2002; MESTRINER, 2005; ARAÚJO, 2008; BRASIL, 2008). Com a cultura do voluntariado, as identidades voluntárias passaram a ser construídas, ou seja, os indivíduos passaram a ser interpelados constantemente sobre os mais diversos tipos de trabalho voluntário. Trata-se de uma reconstrução da “passagem da dimensão individual, que a identidade sempre [teve], para a sua codificação como convenção social” (VECCHI, 2005, p. 13).

O sujeito não possui uma identidade fixa e essencial, “assume identidades diferentes em diferentes momentos” (HALL, 1998, p. 13). O sujeito, que assume e investe em determinadas posições, é o resultado do trabalho constante de construção, que integra três contradições: “a relação entre o dito e o não dito, entre o diálogo livre e o constrangido e entre o discurso interior (grupos, entidades, etc.) e o exterior (Estado, sociedade)” (MENDES, 2002, p. 520). A questão da identidade é envolvida com o processo de representação, o qual tem como coordenadas básicas o tempo e o espaço, que mudam de acordo com as épocas culturais (HALL, 1998).

Assim, o sujeito-voluntário contra o câncer infantil piauiense se constrói e é construído através de discursos exteriores (propagandas, leis incentivadas e promovidas pelo Estado brasileiro), discursos e práticas discursivas interiores, que são construídos pela experiência de vida das voluntárias e pela entidade, como seus regulamentos, estatutos, falas, mensagens de incentivo, que se expressam no que é dito e também no que não é dito, como as atitudes, os símbolos, as batatas, os crachás¹⁸ que identificam e diferenciam as voluntárias da

18. Ressaltamos que não partimos da ideia da profissionalização do voluntariado, pois, de acordo com a lei nº 9608/98, o trabalho voluntário não pode ser remunerado e o(a) voluntário(a) não pode ter vínculo empregatício com a entidade na qual exerce a atividade. Além disso, as parcerias com a sociedade e o incentivo da refilantropização da questão social relacionam-se com a desprofissionalização que utiliza agentes comunitários e cuidadores (as) para realizar atividades profissionais. A desprofissionalização no

RFCC-PI de funcionários (as) do Hospital São Marcos¹⁹ e de outras entidades filantrópicas, tanto piauienses como de outros lugares e regiões.

Exemplo de discursos e práticas discursivas construídas pelas voluntárias da RFCC-PI são alguns recortes obtidos no primeiro livro de atas da entidade. Na ata II, no dia 29 de abril de 1986, foi anunciada às voluntárias que pretendiam ir ao simpósio de voluntárias contra o câncer a necessidade do uso de um uniforme próprio e de um botão de rosa, símbolo da RFCC-PI, com um laço dourado que simboliza o entrelaçamento e a união de todas as voluntárias do Piauí e do Brasil. Na ata 56, de 30 de abril de 1997, há o seguinte relato: “o setor social comunicou a resolução de confeccionar e usar bata rósea com o símbolo da Rede, por ocasião das visitas aos doentes no Hospital São Marcos, como forma de distinção do trabalho da voluntária”. O propósito da confecção de fardas para as voluntárias foi novamente mencionado nas reuniões dos dias 05 de fevereiro de 1998 (ata 62) e 05 de março de 1998 (ata 63). Na reunião do mês de junho de 2006, foi presenciada por um dos pesquisadores deste trabalho uma conversa entre duas voluntárias da RFCC-PI sobre a confecção, por parte das enfermeiras do Hospital São Marcos, de batas cor-de-rosa. As duas voluntárias em questão, durante a conversa, comentaram que não gostaram da escolha da cor da bata das enfermeiras, pois isso diminuía a distinção entre enfermeiras do Hospital São Marcos e voluntárias da RFCC-PI.

Ora, as identidades são impostas e politizadas, podendo ser ganhas ou perdidas, isto é, as identidades são disputadas. Isso é devido ao fato de a identidade e a diferença não conviverem, de forma harmoniosa, em um campo hierárquico. Por não serem simplesmente definidas, estão sujeitas a relações de poder, tais como o poder de inclusão/exclusão, demarcação de fronteiras, classificação e normalização. Aliás, as culturas nacionais ou o Estado constroem, consolidam e ativam identidades historicamente específicas através da produção de sentidos com os quais os indivíduos podem se identificar, o que se pode chamar de economia política das identidades (SILVA, 2000; MENDES, 2002). O Estado brasileiro, nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, elaborou

campo das políticas sociais ocorre concomitantemente à legitimação da diminuição da participação do Estado no enfrentamento dos problemas inerentemente sociais (BRAVO; MATOS, 2001; PEREIRA, 2001).

19. Hospital referência do Estado do Piauí no tratamento e combate ao câncer.

e implantou diversas leis regulamentadoras do terceiro setor e do voluntariado, impôs politicamente – implantação do programa neoliberal de redução da ação social do Estado – determinadas identidades voluntárias, as quais foram assumidas e investidas pela sociedade.

Um exemplo é a lei nº 9608/98, que dispõe sobre o serviço voluntário e que foi revisada, em outubro de 2003, no primeiro ano do governo de Luís Inácio Lula da Silva, o que representa, sutilmente, uma continuidade da proposta de terceiro setor elaborada e incentivada pelos dois governos anteriores. Esta lei conjuga-se com o intento dos governos de Fernando Henrique Cardoso de contrareformar o Estado brasileiro, como postula Behring (2003), delimitando gradualmente sua área de atuação, por meio do repasse para o setor privado e, para o setor público não estatal, atividades científicas e de serviço social, consideradas como não específicas ao Estado.

A lei nº 9608 explicita que a produção e a utilização de classificações e de hierarquizações pela sociedade e pelo Estado relacionam-se também com a identidade e a diferença. Pois a fixação de determinadas identidades como a norma a ser seguida

é uma das formas privilegiadas de hierarquização da identidade e da diferença. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa (SILVA, 2000, p. 83).

A normalização da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense, pelo Estado, pela sociedade e pela própria entidade filantrópica RFCC-PI, concede-lhe uma força que a torna invisível como uma identidade dentre várias outras identidades possíveis, para visualizá-la como a única identidade possível, como se pode ver nas respostas da voluntária Albertina²⁰ às perguntas sobre

20. Os nomes das voluntárias entrevistadas foram substituídos por nomes fictícios, para manter o anonimato e a privacidade, de acordo com o código de ética estabelecido para esta pesquisa.

como ela vê a atuação dos governos municipal, estadual e federal na área social e sobre a importância do voluntariado para a sociedade. A voluntária diz ficar feliz quando o governo faz algo pelo social, mas, ao mesmo tempo, sustenta que o governo poderia fazer mais, no entanto não faz. Embora Albertina seja uma voluntária, ela, criticamente, diz que, com o voluntariado, o governo brasileiro começou a se encolher, “achando que a obrigação é da nação”. Também a voluntária vê o voluntariado como “a salvação”, em virtudes das enormes mazelas sociais que, irresponsavelmente, são relegadas para último plano a favor do crescimento econômico e da abertura do mercado nacional à economia internacional, como se a “mão invisível” do mercado, sozinha, fosse capaz de unir crescimento econômico e desenvolvimento social.

Então, o conceito de processo de construção de identidades é um conceito estratégico e posicional, pois as identidades são fragmentadas, fraturadas, múltiplas, sujeitas à historicização e a processos de mudança e transformação. A concepção das identidades como transformação e movimento é devida ao conceito de performatividade, que apresenta as identidades não como uma descrição, mas como um tornar-se. As proposições, quando pronunciadas e repetidas incessantemente, efetivam e realizam algo (HALL, 2000; MENDES, 2002). Para uma mulher tornar-se uma voluntária da RFCC-PI, precisa passar por um estágio de seis meses, no qual aprenderá sobre os trabalhos desenvolvidos na entidade e sobre as regras de como ser voluntária. Depois dos seis meses de estágio, a futura voluntária preencherá uma ficha de cadastro e assinará o termo de adesão, o qual é obrigatório, como rege a lei do voluntariado, comprometendo-se a cumprir os requisitos necessários do voluntariado de forma geral e, particularmente, do voluntariado contra o câncer infantil piauiense. Nesse período de seis meses de estágio, a futura voluntária ouvirá constantemente proposições sobre o que é ser voluntária da RFCC-PI, por exemplo: “ser voluntária da Rede Feminina é uma oportunidade ímpar de crescimento humano” (resposta da voluntária Imaculada sobre o que é ser voluntária da RFCC-PI); é um chamado que se acolhe, é contribuição, é uma experiência de carinho e dedicação, é acreditar que o futuro para as crianças com câncer existe (resposta da voluntária Elza).

O aspecto performativo das identidades dá-se pela enunciação das características produzidas em torno de um grupo cultural, para reforçar sua

identidade, supostamente, descrita. Isso é mais do que uma simples descrição de um fato cultural, quer dizer, a eficácia produtiva dos enunciados dos aspectos performativos depende tanto da repetição incessante das características dos grupos culturais quanto da possibilidade de sua repetição. No entanto, a repetição das características de grupos culturais pode ser interrompida, questionada e contestada, o que reforça as diferenças construídas em torno de um determinado grupo e/ou indivíduo, possibilitando, dessa maneira, “pensar na produção de novas e renovadas identidades”, pois as identidades precisam “ser constantemente criadas e recriadas” (SILVA, 2000, p. 96).

O aspecto performativo das identidades aparece explicitamente na fala da voluntária Isabel, durante a entrevista feita para esta pesquisa. Isabel repete falas sobre a sinceridade de seus sentimentos e de seus valores morais, que não são somente seus mas de todo o grupo de voluntárias da RFCC-PI, “porque eu não falo no singular, eu falo é no plural. Porque eu não sou sozinha, somos uma equipe”. Ela se autodescreve como um cavaleiro que sai para uma batalha: pedir donativos para crianças doentes e carentes. Sua armadura são os argumentos para convencer os(as) futuros(as) doadores(as) da RFCC-PI. A sua autodescrição é repetida várias vezes e culmina, novamente, em valores e sentimentos como alegria, simpatia e carinho pelas pessoas abordadas em sua investida para captação de recursos, não só financeiros, mas também recursos pautados na doação espiritual e pessoal.

A entrevista da voluntária Isabel mostra que as identidades são construídas por discursos, práticas e posições, antagônicos ou não, que tentam interpelar os indivíduos para que assumam lugares como sujeitos sociais. As identidades surgem da narrativa do eu, sendo, portanto, ficcionais, o que não diminui sua eficácia política, discursiva ou material. As identidades são posições representacionais, construídas a partir de uma falta que o sujeito é obrigado a assumir e a investir (HALL, 2000; WOODWARD, 2000; MENDES, 2002).

Outro exemplo de discurso construtor do voluntariado contra o câncer infantil piauiense é o discurso escrito no Manual do Voluntário da RFCC-PI (2002) e que expressa as características diferenciadoras das voluntárias da entidade como mulheres cuidadoras e vocacionadas, munidas de sentimentos e valores morais, como o valor solidariedade, o qual ultrapassa a distinção valor para se tornar uma ação, uma prática voluntária séria, responsável e integradora; mulheres que doam seu tempo a pessoas que possuem uma doença considerada

como difícil de tratar e, por isso, fácil de levar a óbito; mulheres que se realizam, realizando outras pessoas, por meio do suprimento das necessidades de “seres humanos socialmente excluídos” (Manual do voluntário/RFCC-PI, 2002, p. 15).

O cuidado praticado pelas voluntárias da RFCC-PI, embora não seja uma essência de suas condições de seres humanos, pois o cuidado e suas formas são construções socioculturais, é um cuidado enfaticamente religioso, isto é, construído com base na doutrina judaico-cristã, que ensina o cuidado para com as pessoas carentes, excluídas, marginalizadas e doentes. É também um cuidado chamado, no sentido de ser uma interpelação despolitizadora do cuidado social, uma vez que a interdependência das pessoas e a cultura judaico-cristã do cuidado são ferramentas úteis à estratégia política do neoliberalismo de implantação da solidariedade voluntária e local pelo viés do encapsulamento político das questões sociais. O cuidado praticado pelas voluntárias da RFCC-PI perpassa também por uma questão delicada, representada pela doença câncer e por todas as suas representações sociais. Daí, a preocupação da entidade de fazer, anualmente, cursos de capacitação de voluntárias, para que as mesmas unam boa vontade a conhecimentos e informações técnicas sobre como cuidar de pessoas com câncer, considerando as diferentes formas de cuidar que existem. Pois, como lembra Sontag (1984), as representações socioculturais das doenças são tão danosas quanto as próprias doenças.

Postulamos que a importância do voluntariado contra o câncer infantil piauiense, independentemente do contexto neoliberal brasileiro, está na sua ação complementar do cuidado humanizado das pessoas com câncer. As voluntárias contra o câncer infantil piauiense são voluntárias que ajudam a unir práticas compartimentalizadas, a medicina e a terapia lúdica, às pessoas doentes. É um cuidado especial, pois é voltado a pessoas com câncer que, além da doença, vivenciam ainda preconceitos e representações sociais negativas acerca da doença. Ou seja,

as identidades são construídas dentro do discurso e produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da

diferença e da exclusão do que do signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma ‘identidade’ em seu significado tradicional [...] (HALL, 2000, p. 109).

As identidades possuem estratégias políticas (HALL, 2000) que são “sempre resultantes da identificação imposta pelos [as] outros [as] e da que o grupo ou o indivíduo afirma por si mesmo” (CUCHE, 2002, p.196). As identidades voluntárias são construídas dentro de discursos e estratégias históricos e institucionais específicos; no caso aqui analisado, a estratégia política neoliberal de redução da ação social do Estado que influenciou o voluntariado do Lar de Maria, pertencente à entidade filantrópica RFCC-PI, que teve seu campo de ação ampliado a partir da década de 1990, como observamos na leitura dos dois livros de atas da entidade, e que, além desse contexto maior, é perpassada por um contexto específico, o contexto da doença câncer. Isso explica os deslocamentos de identidade ou o incansável movimento da mesma, que, devido a mudanças sociais, se reformulam de modos diferentes.

Identidade e diferença são relacionalmente dependentes, sendo relações sociais e sujeitas a relações de poder, portanto “não são, nunca, inocentes” (SILVA, 2000, p. 81). Precisam ser produzidas e nomeadas ativamente pelo espaço sociocultural, o que não significa que sejam determinadas, exclusivamente, pelas práticas discursivas e simbólicas. O processo de construção identitária e a marcação da diferença implicam inclusão e exclusão e demarcação de fronteiras, indicadoras de posições-de-sujeito, marcadas por relações de poder. A construção das identidades, além de ocorrer nos níveis local e pessoal, ocorre também nos diversos grupos e nas instituições sociais, servindo para situá-los no conjunto social. Os indivíduos, nos campos sociais, possuem à sua disposição contextos materiais e recursos simbólicos e exercem escolha e autonomia de forma diferenciada (CUCHE, 2002; WOODWARD, 2000; SILVA, 2000).

A identidade social do grupo de voluntárias em questão tanto inclui como exclui, identifica e distingue o referido grupo dos demais, pois é baseada na diferença cultural. A identidade é construída na alteridade, no contato com o(a) outro(a), pela demarcação do espaço de diferença com relação ao(à) outro(a) (CUCHE, 2002; HALL, 2000), no caso, ao(à) outro(a) não voluntário(a) e ao(à) voluntário(a) que não pertence ao voluntariado de combate ao câncer, especialmente o câncer infantil, no Piauí .

A RFCC-PI existe, oficialmente, desde 1986, mas, no primeiro livro de atas da entidade, encontram-se descrições diferenciadas e acentuadamente marcadas pela época sobre as voluntárias. Na primeira ata, datada de abril de 1986, as voluntárias são mulheres que lutam “a favor dos cancerosos carentes”, mudando, depois, para mulheres que lutam a favor de pessoas carentes e com câncer. Essas expressões sobre pessoas com câncer refletem o imaginário sobre essa doença, que, de “contagiosa”²¹, passou a ser encarada, socioculturalmente, por uma parcela da sociedade ocidental, como uma doença passível de cura e que, de fato, não é contagiosa.

Outra descrição referente às voluntárias e que mudou no decorrer do tempo foi em relação a valores. De 1986 a 1991, encontramos apenas uma menção ao valor fraternidade, o qual foi expresso no relato da reunião do dia 12 de outubro de 1991 sobre a presença da então primeira-dama do estado do Piauí na festividade do dia das crianças, festividade descrita como um ato de fraternidade. De novembro de 1991 a outubro de 1995, não há menções acerca do valor fraternidade nem do valor solidariedade. No entanto, a partir de novembro de 1995, o termo solidariedade passa a ser utilizado, e com frequência, em detrimento do único uso do termo fraternidade durante nove anos de relatos das reuniões da RFCC-PI. O uso valorizado da palavra solidariedade em substituição à palavra fraternidade reflete o posicionamento político-ideológico do governo brasileiro, no período de 1994 a 2002, e que tem continuidade, sob nova roupagem, com o Partido dos Trabalhadores (PT), nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rosseuf (2011..).

O voluntariado da RFCC-PI e do Lar de Maria constrói limites ou

21. De desequilíbrio de fluidos corporais, na escola hipocrática grega, passando pela descoberta de patologia local relacionada a diminutas estruturas orgânicas, no século XVIII, ao início do uso de intervenções cirúrgicas e da radioterapia (raios X e rádio), no século XIX, e da quimioterapia, no século XX, o câncer possui uma longa história social. A partir de meados do século XX, com o acelerado avanço da medicina, intensificou-se o temor da sociedade quanto ao câncer, que passou a ser visto como o flagelo da modernidade. Ou seja, ao tempo em que se transformava em um objeto de estudo cada vez mais observado pela medicina, socialmente, transformava-se em uma doença temerosamente associada à morte inevitável, perpassando por esse imaginário sociocultural a possibilidade de contágio e a interligação com características morais e psicológicas dos(as) doentes como causas da enfermidade. O câncer transfigurava-se, assim, atrás de eufemismos, silêncios e metáforas (TEIXEIRA; FONSECA, 2007; CARVALHO, 2006; SONTAG, 1984).

“fronteiras” sociais e simbólicas que o diferenciam interna e externamente. A “fronteira”, no processo de identificação, é marca dos limites entre “eles” e “nós” e é criada pela “vontade de se diferenciar” e pelo “uso de certos traços culturais como marcadores de sua identidade específica” (CUCHE, 2002, p. 200). Como exemplo, o voluntariado da RFCC-PI e do Lar de Maria construiu marcadores como o *slogan* de uma das campanhas de arrecadação de recursos financeiros realizada pela RFCC-PI, que dizia: “voluntários da vida, contra o câncer pelo amor”. Outro exemplo é o hino da própria entidade, que mostra as voluntárias contra o câncer infantil piauiense como mulheres bravas, fortes, felizes, mães dedicadas, cuidadoras de filhos (as) enfermos (as), necessitados (as) de amor, carinho, alegria, guarida, ânimo, sentido e brilho à existência permeada pelo câncer, que exige das cuidadoras qualidades dadas por Deus, como bravura, força e coragem.

Nesse processo de construção de fronteiras simbólicas do voluntariado da RFCC-PI e do Lar de Maria, têm-se as imagens simbólicas do mesmo, como a primeira logomarca da Rede Feminina, que era uma rosa e, atualmente, é um coração, em forma de movimento, e a do Lar de Maria, que é uma casa com um coração dentro. Para Jens Schneider, em relação à construção e à política de identidades sociais, tanto o discurso como o simbolismo complementam-se mutuamente, sendo que os símbolos são eficazes e discursivamente contextuais, o que faz com que não se desconsiderem as interações sociais na análise das formações discursivas e/ou simbólicas (SCHNEIDER, 2004).

A abertura da inclusão não oficial e não cadastral de homens é também uma forma de exclusão velada que marca nitidamente as fronteiras identitárias das voluntárias da entidade. As mulheres voluntárias da RFCC-PI são as únicas que representam oficialmente a entidade, portanto a referida entidade é remetida sempre ao seu grupo de mulheres-voluntárias. Assim, o trabalho voluntário, oficial e cadastral das mulheres-voluntárias da RFCC-PI é “um movimento pela vida”, simbolizado pelo símbolo máximo do amor, na cultura ocidental, o coração, e, no caso da entidade, representa o amor sempre em movimento, que busca por vida, pela recuperação da saúde de pessoas com câncer.

O símbolo do Lar de Maria é uma casa com um coração dentro. Para Roberto Damatta, o espaço da casa, ao contrário do espaço da rua e do espaço do trabalho, para o povo brasileiro, é o espaço moral, amoroso e harmonioso, espaço includente de pessoas que são reconhecidas por seus nomes, mas que

também exclui a desordem, as discussões políticas e as dissonâncias. É um espaço de amor filial e familiar que deve ser estendido “para quem as portas de nossas casas estão sempre abertas e nossa mesa está sempre posta e farta” (DAMATTA, 2000, p. 26).

Os indivíduos são constrangidos, por uma variedade de representações simbólicas, que estabelecem identidades individuais e coletivas, e pelas relações sociais. Tanto nos contextos sociais quanto nos sistemas simbólicos, as identidades são diversas e cambiantes. A identidade é um processo de negociação simbólica, na qual os indivíduos são interpelados – socialmente e subjetivamente – por meio de símbolos, o que possibilita que os indivíduos assumam outras identidades devido ao fato de sua subjetividade ser interpelada sobre processos de negociação (WOODWARD, 2000). Como exemplo de meio interpelativo de subjetividades para o voluntariado, tem-se a oração do [a] voluntário [a], que orienta indivíduos pertencentes à tradição judaico-cristã ao serviço solidário e voluntário, serviço que, de acordo com a oração, não mede esforços para promover a vida e que é gratificante. Por tais características, o serviço voluntário, que é inspirado por Deus, para quem acredita na tradição judaico-cristã, faz com que voluntários (as) anseiem e batalhem por mais voluntários (as), para que juntos (as) construam um mundo melhor.

4. Considerações finais

Enfim, o processo de interpelação nomeia e posiciona, simultaneamente, o sujeito, categoria simbolicamente construída, sendo, assim, reconhecido e produzido por meio de práticas e processos simbólicos. Os indivíduos são recrutados para uma ou várias posições-de-sujeito ao reconhecê-las por meio de um sistema de representação. É o investimento que se faz nessas posições-de-sujeito é, também, um elemento central nesse processo. Assim, “as identidades são pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós. Elas são o resultado de uma bem-sucedida articulação ou ‘fixação’ do sujeito ao fluxo do discurso” (HALL, 2000, p. 112).

Recebido em março de 2012.

Aprovado em abril de 2012.

5. Referências

ARAÚJO, J. M. **Voluntariado: na contramão dos direitos sociais**. São Paulo: Cortez, 2008.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BEHRING, E. R. Contra-reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia. Políticas públicas e sociedade civil. In; **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 73, Cortez, mar./2003, p. 101-119.

BONFIM, P. **A cultura do voluntariado no Brasil: determinações econômicas e ideológicas na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2010 (Coleção questões da nossa época; v. 5).

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil em 2005**. Rio de Janeiro, 2008.

BRAVO, M. I. S. MATOS, M. de C. A saúde no Brasil: reforma sanitária e ofensiva neoliberal. In: BRAVO, M. I. PEREIRA, P. A. P. (orgs.). **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

CAMPOS, Roberta B. C. Utopia e sociabilidade: imagens de sofrimento e caridade no Juazeiro do Norte. In: **Revista de Antropologia**. Vol. 46, n. 01, São Paulo, 2003.

CUCHE, D. Cultura e identidade. In: _____. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

CARDOSO, R. *et al.* **Um novo referencial para a ação social do Estado e da Sociedade**. Brasília: Comunidade Solidária e PNUD, 2000.

CARDOSO, R. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, E. et al. **3º setor: desenvolvimento social sustentado**. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

CARVALHO, A. O. R. **O Instituto Nacional de Câncer e sua memória: uma contribuição ao estudo da invenção da cancerologia no Brasil**. Dissertação. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2006.

COELHO, S. C. T. **Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. 2º ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?** 11º. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz T. da Silva e Guaracira L. Louro. 2ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

Manual do voluntário, 2002, Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí.

MENDES, J. M. O. O desafio das identidades. In: SANTOS, B. S. (org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 503-539.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social. A crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAIS, R. A realidade da cultura. In: MORAIS, J. F. R. **Estudos de filosofia da cultura**. São Paulo: Loyola, 1992.

OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: _____. **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Rio de Janeiro, Vozes: 1999.

PEREIRA, L. C. Bresser. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. In: **CADERNOS MARE da Reforma do Estado**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A. MATOS, M. C. LEAL, M. C. (orgs.). **Política social, família e juventude. Uma questão de direitos**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado. Políticas públicas e sociedade civil. In: **Serviço Social & Sociedade**, n. 73, Cortez, mar./2003, p. 75-100.

SANTOS, B. S. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. In: SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. 11ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 135-155.

SCHNEIDER, J. **Discursos simbólicos e símbolos discursivos: considerações sobre a etnografia da identidade nacional**. Tradução de César Cordon. Mana, vol. 10, n. 01, p. 97-129, 2004.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: ____ (org.). **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

SOBOLH, T. WIDMAN, S. **Voluntariado, a possibilidade da esperança: cenário do trabalho voluntário no Brasil**. São Paulo: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, 2011.

SONTAG, S. **A doença como metáfora**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

TEIXEIRA, L. A. FONSECA, C. O. **De doença desconhecida a problema de saúde pública: O INCA e o controle do câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2007.

VECCHI, B. Introdução. In: BAUMAN, Z. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 07-14.

WOODWARD, K. Identidade e diferença. Uma introdução teórica e conceitual. SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZAPATA, L. Una antropología de la gratuidad: prácticas caritativas y políticas de asistencia social en la Argentina. In: **CAMPOS: Revista de Antropologia Social** – Universidade Federal do Paraná, nº 05/2, Curitiba: UFPR/PPGAS, 2004, p. 107-125.

DOCUMENTOS:

PRIMEIRO LIVRO DE ATAS DA REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DO PIAUÍ – 1986 a 2001.

SEGUNDO LIVRO DE ATAS DA REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DO PIAUÍ – 2002 a 2006.

LEI Nº 9608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998. *In*: **Manual do voluntário da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí**. Teresina: 2002.